
	<div>Estado de Mato Grosso</div> <div>Assembleia Legislativa</div>	
<div>Despacho</div>		
<div>Autor: Lideranças Partidárias</div>		

**Altera a Lei nº 10.709, de 28 de junho de 2018, e a Lei nº 8.059, de 29 de dezembro de 2003, e dá outras providências.**

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** A Lei nº 10.709, de 28 de junho de 2018, que institui o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal de Mato Grosso – FEEF/MT e dá outras providências, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – alterada a ementa, conforme segue:

**Dispõe sobre a obrigatoriedade de recolhimento a Fundos estaduais por contribuintes que fruírem benefícios fiscais nas hipóteses que especifica e dá outras providências.**

II – alterado o título da Seção III do Capítulo I, que passa a ser designada na forma adiante indicada:

#### **“CAPÍTULO I**

**(...)**

#### **Seção III**

**Obrigatoriedade de Recolhimento a Fundos Estaduais pela Fruição de Incentivos e Benefícios Fiscais, Financeiro-fiscais ou Financeiros**

**(...)”**

III – acrescentado o artigo 2º-A à Seção III do Capítulo I, com a seguinte redação:

**“Art. 2º-A** A obrigatoriedade de recolhimento de contribuição ao FEEF/MT fica convertida na obrigatoriedade de efetivação de recolhimento aos Fundos a seguir indicados, devendo ser destinado a cada um o valor

	<p><b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa</p>	
---	--	---

correspondente ao que resultar da aplicação dos percentuais fixados sobre o valor devido em consonância com os artigos 3º e 4º:

I – Fundo Estadual de Saúde – FES/MT, instituído pela Lei nº 6.028, de 6 de julho de 1992: 80% (oitenta por cento);

II – Fundo de Apoio às Ações Sociais de Mato Grosso – FUS/MT, instituído pela Lei nº 8.059, de 29 de dezembro de 2003, conforme redação dada pela Lei nº 10.932, de 23 de agosto de 2019: 20% (vinte por cento).

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, deverá ser observado o que segue:

I – as disposições dos artigos 8º, 9º e 14 desta lei passam a ser aplicadas em relação à obrigatoriedade de contribuição aos Fundos arrolados nos incisos I e II do *caput* deste artigo;

II – na aplicação das receitas do FUS/MT, correspondentes ao recolhimento da contribuição de que trata o inciso II do *caput* deste artigo, serão observadas as disposições da Lei nº 8.059, de 29 de dezembro de 2003, e demais atos que disciplinam o aludido Fundo.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se também nas hipóteses previstas no inciso III do § 2º do artigo 1º da Lei nº 11.295, de 27 de janeiro de 2021, sem prejuízo da observância da obrigatoriedade prevista no inciso IV do referido parágrafo.

**IV** – alterados o *caput* do artigo 3º, bem como o inciso II do respectivo § 8º, além de se acrescentar o § 1º-A ao referido artigo, conforme segue:

**“Art. 3º** Para fruição dos incentivos e benefícios fiscais, financeiro-fiscais ou financeiros, nas hipóteses arroladas nos incisos deste artigo, os contribuintes do ICMS deste Estado, beneficiários, ficam obrigados a efetuar recolhimento à conta do Fundo Estadual de Saúde – FES/MT e do Fundo de Apoio às Ações Sociais de Mato Grosso – FUS/MT, com observância do disposto nos artigos 4º a 10 e 12 desta lei:

(...)

§ 1º-A Ficam também obrigados a efetuar recolhimento à conta do FES/MT e do FUS/MT, nos percentuais previstos nos incisos do *caput* do artigo 2º-A, os contribuintes beneficiários dos tratamentos tributários a que se referem os artigos 1º e 2º da Lei nº 11.295/2021.

(...)

§ 8º (...)

(...)

II – do cumprimento das demais condições definidas na legislação tributária como necessárias para fruição do benefício.

(...).”

	<p><b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa</p>	
---	--	---

**V** – alterado o *caput* do artigo 4º, conferindo-lhe a seguinte redação:

**“Art. 4º** Em relação às hipóteses descritas nos incisos I, II e V do *caput* do artigo 3º, o recolhimento ao FES/MT e ao FUS/MT corresponderá ao valor que resultar da aplicação dos percentuais fixados nos incisos do *caput* do artigo 2º-A para cada Fundo, sobre o total do imposto exonerado ou sua diferença que deixou de ser recolhida:

(...).”

**VI** – alterados o *caput* do artigo 10, bem como o *caput* do inciso I e o inciso III do referido artigo, bem como o respectivo § 2º, que passam a vigorar com a redação assinalada:

**“Art. 10** As receitas do FES/MT decorrentes desta lei serão integralmente aplicadas em investimentos e em despesas de custeio relacionadas a políticas públicas de saúde, ficando estabelecida a seguinte repartição:

I – 80% (oitenta por cento) para complementação da tabela SUS, elaborada pela Federação das Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas prestadoras de serviço na área de saúde do Estado de Mato Grosso, sendo destinadas às seguintes instituições:

(...)

III – 20% (vinte por cento) para transferência fundo a fundo aos municípios, destinados à Atenção Básica.

(...)

§ 2º A distribuição do percentual previsto no inciso I do *caput* deste artigo entre as instituições arroladas nas respectivas alíneas obedecerá critérios de produção e complexidade estabelecidos conforme disposto em portaria a ser editada para este fim pela Secretaria de Estado de Saúde.

§ 3º Apresentado o faturamento pelo prestador devidamente validado pela Comissão de Acompanhamento do respectivo instrumento de convênio, contrato ou contratualização, devendo o valor ser repassado em até 10 (dez) dias cabendo a Secretaria de Estado de Saúde, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias proceder com a análise dos dados da produção apresentada, em caso de inconsistência o prestador será notificado para apresentar defesa administrativo no prazo de 15 (quinze) dias, sendo mantida a eventual inconsistência proceder a retenção no mês subsequente.

(...).”

**VII** – alterados o § 2º do artigo 11, conferindo-lhe a seguinte redação:

**“Art. 11** (...)

(...)

§ 2º Os registros contábeis e os demonstrativos mensais relativos aos repasses efetuados à conta dos Fundos tratados nesta lei serão disponibilizados em sítio eletrônico.”

	<p><b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa</p>	
---	--	---

**VIII** – substituídas as referências feitas a “ao FEEF/MT”, constantes dos dispositivos adiante indicados, por “ao FES/MT e ao FUS/MT”, devendo ser efetuados os ajustes nos respectivos textos:

- a) no *caput* dos §§ 1º, 2º e 8º e nos §§ 4º, 5º, 6º, 7º e 10, todos do artigo 3º;
- b) no § 1º do artigo 4º;
- c) no *caput* do artigo 8º e no respectivo parágrafo único.

**Art. 2º** Fica acrescentado, com a redação adiante assinalada, o inciso III-A ao *caput* do artigo 4º da Lei nº 8.059, de 29 de dezembro de 2003, que institui o Fundo de Apoio às Ações Sociais de Mato Grosso – FUS/MT e dá outras providências:

“**Art. 4º** (...)”

(...)

III-A – o produto de recolhimentos efetuados por contribuintes do ICMS como contrapartida para fruição de incentivos e benefícios fiscais, financeiro-fiscais ou financeiros, inclusive decorrentes de regimes especiais de apuração, que eventualmente forem instituídos pelo Estado de Mato Grosso, após o início da eficácia deste preceito, quando expressamente determinado no ato que o instituir, alterar ou reinstituir;

(...).”

**Art. 3º** Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei nº 10.709, de 28 de junho de 2018:

- I – os incisos III, IV, VI, VII, VIII e IX do *caput*, os incisos I, IV, V, VI, VII, VIII e IX do § 1º e o § 9º, todos do artigo 3º;
- II – o inciso II do *caput* do artigo 4º;
- III – os artigos 5º, 6º e 7º;
- IV – os incisos II e IV do *caput* e o § 1º do artigo 10.

**Art. 4º** Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
---	--	---

## JUSTIFICATIVA

O presente substitutivo visa adequar a legística formal da propositura original e garantir sua aplicabilidade.

Pelo exposto peço pela aprovação do substitutivo pelos nobres pares.

Edifício Dante Martins de Oliveira  
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 06 de Julho de 2021

## Lideranças Partidárias